

# Pacote para reduzir o déficit

Washington — O governo anunciará até novembro um novo conjunto de providências fiscais para reduzir o déficit público de 1997, anunciou ontem, em Washington, o ministro da Fazenda, Pedro Malan. O que já está sendo feito para a diminuição do déficit foi explicitado pelo ministro do Planejamento, Antonio Kandir, em reunião da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Os primeiros três pontos são de implantação imediata, afirmou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir à imprensa. Esse pontos são: a adoção de um programa de demissões voluntárias; corte de benefícios dos servidores públicos; e fechamento de empresas e órgãos públicos. A economia prevista com os seis pontos do pacote (ver quadro) é, porém, relativamente modesta, da ordem de R\$ 2,5 bilhões.

Kandir afirmou que o controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce será efetivamente transferido no primeiro trimestre de 1997. Os recursos da privatização serão aplicados na redução da dívida pública, observou.

Malan qualificou como “uma tolice” a hipótese de o Brasil ter de es-

colher entre controlar a inflação e crescer. “Há uma experiência de décadas mostrando que não há incompatibilidade”.

O que há, segundo o ministro, é uma discussão acadêmica no exte-

rior acerca da tolerância a pequenos índices de inflação, que alguns admitem situar-se entre zero e 2% ao ano e outros, entre 1% e 3%, sendo vistos como heterodoxos os que se referem a 1,5% e 3,5% ao ano.

## AS MEDIDAS

■ Adoção do programa de demissões voluntárias com adesões estimadas em 40 mil dos 500 mil funcionários públicos federais;

■ Corte de benefícios dos servidores públicos, com economia de R\$ 1 bilhão;

■ Fechamento de empresas e órgãos públicos, com economias anuais de R\$ 1 bilhão nas rubricas de pessoal e outros custeios correntes;

■ Revisão do cálculo de benefícios previdenciários concedidos no setor público e pri-

vado, mediante ampla audição, mudança na legislação infra-constitucional relativa ao cálculo dos benefícios proporcionais ao tempo de serviço e alterações nos benefícios que dependem de perícia médica;

■ Negociação de solução abrangente para o endividamento dos estados;

■ Reedição de medida provisória estimulando os governos estaduais, mediante incentivos, a privatizar os bancos ou transformá-los em agências de fomento.